

ESCRAVIZADOS E SEUS DESCENDENTES: O QUE ELES FIZERAM POR SI

SANTOS, Cristiane Batista da Silva. *Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia*. Feira de Santana, BA: UEFS Editora; Ilhéus, BA: Editus, 2022. 390 p.

Quantas Bahias cabem na Bahia? Tantas quanto uma pesquisa atenta consiga enxergar através da diversidade de fontes que registram detalhes da geografia, economia e, sobretudo, dos trabalhos e costumes dos sujeitos que por ali viveram. Essa resposta também vale para o livro *Histórias de africanos e seus descendentes no sul da Bahia*. A autora escolheu a Bahia do litoral sul, ou melhor, parte das vilas que compunham as comarcas de Ilhéus e Valença no século XIX, para analisar aspectos da escravidão e seus desdobramentos. O livro é mais uma oportunidade que o/a leitor/a tem para conhecer como homens e mulheres agiram e reagiram na escravidão, sobretudo nas suas décadas finais, e no pós-abolição mais imediato, nesse outro pedaço da Bahia, para além

de Salvador e seu Recôncavo, territórios em que a historiografia tem esquadrihado tais temas com mais intensidade. A relevante contribuição desse livro se soma a um significativo número de trabalhos já existentes sobre a história da escravidão no Sul da Bahia, publicados em forma de artigos, dissertações e teses. Parte dessa vigorosa bibliografia foi utilizada pela autora na elaboração do trabalho.

O livro se propõe a discutir “como se davam as relações sociais entre o fim do Império da Farinha e o início da República do Cacau com negros e negras em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia entre 1870 e 1910” (p.13). O objetivo traçado evidencia os três grandes temas que entrecortam todo o livro: festas, “sociabilidades” e racialização.

Embora aparentem ser coisas diferentes, são temas que não podem ser explicados e nem entendidos fora do conjunto. Por serem naturalmente imbricados, qualquer tentativa de fácil explicação pode levar a um entendimento anacrônico do passado.

Os personagens que protagonizam as histórias narradas no livro são homens e mulheres escravizados, libertos ou pessoas livres que viviam no limiar da pobreza. O livro, portanto, faz uma escolha bastante clara: escrever uma história social da escravidão e do pós-abolição “vista de baixo”. A criminalidade, as fugas e o aquilombamento como formas de resistência às diversas violências do cativo; as lutas emancipatórias, pelas vias institucionais do Estado ou nas ruas; as festividades, rituais religiosos e seus enfrentamentos ao sistema de exclusão social sobre pessoas pobres, majoritariamente pretas; as irmandades religiosas e as associações de auxílio mútuo e de trabalhadores, tudo isso são possibilidades de se entender o passado sob o ângulo dos explorados, subjugados e limitados em direitos, a conhecida arraia-miúda, e compõem o livro. Numa visão mais tradicional e já superada da interpretação histórica,

“os de baixo” eram vistos como coadjuvantes ou, às vezes, nem isso. A partir dos anos 1980, no Brasil, com a constituição de uma nova historiografia de influência francesa e inglesa, os “de baixo” saíram das sombras e se tornaram protagonistas nos estudos de história, sobretudo da escravidão e, mais recentemente, do pós-abolição. Uma história escrita a partir “de baixo” parte, além dos sujeitos, do entendimento dos espaços, festas, celebrações e comemorações que eles frequentavam ou organizavam, como faz o livro aqui resenhado.

O livro narra acontecimentos que se deram no Sul da Bahia, região geográfica e economicamente periférica no século XIX, principalmente quando olhada a partir do Recôncavo e de Salvador. Trata-se de uma região que não guarda nenhuma peculiaridade ou diferencial nos temas estudados: festas, racialização e “sociabilidades”. O que, então, justifica a escolha do lugar? Na definição do espaço de pesquisa histórica, o pesquisador sempre considera a relação que ele tem com o objeto da pesquisa e quais novas contribuições pode oferecer para a historiografia. Mas essas escolhas também

são filtradas por uma perspectiva política sobre a história e sobre o próprio ofício do historiador, formando uma bagagem que, de quando em vez, ainda que de forma não intencional, são acionadas e impactam nas escolhas da pesquisa e da escrita. Desse modo, investigar espaços considerados irrelevantes ou marginais é uma decisão baseada numa consciência política sobre os usos e interpretações do passado e do sentido da pesquisa histórica sobre lugares vistos como irrelevantes e secundários. Aí reside uma das grandes contribuições do livro para a historiografia.

As principais questões que o livro procura perseguir se relacionam a entender se “dado o contingente de escravizados que viviam ali e eram registrados em fugas, crimes, inventários, alforrias, irmandades e ações de pecúlio, estes teriam uma vida social para além do trabalho na farinha ou no cacau” e como as “práticas festivas de sociabilidade e lazer” se mantiveram no pós-abolição (p.17). Não seria necessário escrever um livro com quatro volumosos capítulos, somando quase quatrocentas páginas, para dizer que sim,

os escravizados tinham vida social, religiosa e de lazer além do trabalho, e isso já está consolidado pela historiografia, ao menos brasileira, dos últimos quarenta anos. Mas entendemos que se trata de uma questão retórica usada pela autora que lhe permite puxar os fios que conduzem às questões que analisa, pois, de outro modo, estaria corroborando com uma interpretação superada que entendia o escravizado como sujeito passivo e sem autonomia, coisa que não condiz com o conteúdo do trabalho.

Quando a História Social da Escravidão virou a chave interpretativa e passou a centrar atenção nas experiências dos escravizados, libertos e seus descendentes, a partir de um “olhar humanizado”, vendo-os como sujeitos de si, com vontades e escolhas, incluindo contradições, e não apenas uma massa de trabalhadores sem vontade própria, passou a destacar o que a historiografia tem chamado de “agência” desses sujeitos. Pensar a humanidade desses homens e mulheres é considerar que, dentre suas experiências e como qualquer ser humano, também agiam por impulsos, paixões e por mera reação, ou seja, nem tudo que

os escravizados faziam era calculado e planejado. Nem toda participação num samba ou em uma devoção religiosa, bem como nem toda briga ou crime em que os escravizados se envolveram foram ações articuladas com o objetivo de enfrentar ou reagir ao sistema escravista ou à exploração. Se de fato o historiador humaniza o escravizado nas suas narrativas, precisa considerar que parte desses atos podem ter sido instintivos e irrefletidos. Tomar cada conduta do escravizado como uma ação milimetricamente planejada pode ter um resultado inverso ao desejado, ou seja, a desumanização desses sujeitos. Em nada as ações não intencionais inferiorizam ou diminuem a agência dos escravizados e seus descendentes.

A escravidão teve uma grande capacidade de se adaptar à sociedade, o que exigiu diferentes formas de reação por parte dos escravizados. No livro, a autora considera que as irmandades negras, a organização dos festejos e devoções religiosas de escravizados e libertos, os desregramentos vividos por esses sujeitos em vendas e tavernas, os candomblés e batuques, entre outros, são expressões de resistência. Esses eram momentos em que

se podia ter a oportunidade de agir com mais autonomia sobre suas vidas, governando a si mesmos e, no caso dos escravizados, ainda que momentaneamente, experimentar faces da liberdade. Esse era um tipo de resistência que se fazia em migalhas, exercida através de ações do cotidiano e na maioria das vezes imperceptíveis aos de fora, pouco reprimidas e, por isso, normalizadas. Nesses casos, a resistência se dava em torno da luta pela existência das práticas, costumes e celebrações. Com exceção dos batuques, candomblés e semelhantes, sempre muito vigiados e perseguidos, cuja resistência se verifica pelos sucessivos atos de desobediência.¹

Por outro lado, o livro aponta uma série de atos de resistência que se revestem de uma radicalidade maior por provocarem ou resultarem uma ruptura, como é o caso das fugas, dos crimes cometidos contra aqueles que lhes oprimiam de alguma forma, e a formação de quilombos. Esses atos mais extremos, somados às rebeliões e suicídios, que não são tratados pelo

1 Para Eugene Genovese, a desobediência mantém um espírito de insubordinação que alimenta uma cultura da resistência. Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, New York: Pantheon Books, 1974.

livro, foram os que a historiografia primeiramente conceituou de resistência por serem enfrentamentos mais diretos à escravidão. Desse modo, resistência é um conceito amplo e aplicado a situações diversas, mas que surgem como uma reação dos sujeitos subalternizados a algum tipo de violência ou opressão.

A agência escrava, ou seja, as ações autodirigidas ou o livre arbítrio, estão presentes no livro através da escolha em participar de uma irmandade; da participação em festejos religiosos ou civis; no enfrentamento à vigilância senhorial ou perseguição policial; nos negócios que empreendia; na constituição ou não de um núcleo familiar; na decisão sobre quando e como reivindicar a alforria, entre outras situações. Assim como o conceito de resistência, a agência foi incorporada por historiadores, como faz Cristiane Santos, pela necessidade de desvelar a humanidade dos escravizados, apagada pela historiografia durante muito tempo.²

Embora a intenção do livro seja discutir os festejos e “sociabilidades” a partir dos anos 1870, na prática, ele

2 Walter Johnson, “On Agency”, *Journal of Social History*, v. 37, n. 1 (2003), pp. 113-124. p. 114.

começa o primeiro capítulo analisando o tráfico de escravizados naquela região, especialmente no contexto da ilegalidade, após 1831, quando a região passou a ser um importante espaço de atuação dos traficantes que fugiam dos principais portos por estarem mais vigiados. A escolha daquela região para a continuidade do tráfico de africanos em meio à proibição tem explicações geográficas: formada por muitas ilhas, matas, rios, relativamente pouco povoada e mal vigiada pelas autoridades, além de ter baías propícias à aproximação de embarcações de médio porte. Contudo, a discussão desse tema foi mal aproveitada, pois não se conectou com os argumentos dos capítulos seguintes, inclusive quando narrou as influências africanas centro-ocidentais na região, de modo que não houve uma aproximação entre a discussão sobre o tráfico e as “sociabilidades” narradas na sequência.

A presença mais constante de traficantes e traficados circulando por aquelas vilas pode ter contribuído para a constituição de uma territorialização que aqui vou denominar de “afro-ameríndia”. Ainda que os indígenas quase não tenham aparecido no livro, com exceção de quando um

grupo deles é assassinado a mando de senhores de terra, não é razoável pensar que os costumes, festas e outras práticas sociais se constituíram longe da influência deles. Por outro lado, os indícios da profunda conexão da região com a África Centro-Occidental são bastante significativos, não apenas pela ampla presença de africanos nos vários acontecimentos narrados, mas pelas referências à África ao nomear capelas, ruas e povoados (posteriormente bairros). Uma capela para uma santa católica que carrega o nome de uma localidade africana, Nossa Senhora da Conceição do Cambuízo, na localidade de mesmo nome, festa do Cucumbi e a localidade do Quitungo são exemplos. As festividades ali celebradas, a língua usada nos cantos, os instrumentos de música e a coreografia das danças, tudo remetia à África Centro-Occidental. Outros bairros que se formaram nas vilas do Baixo Sul, como Alto da Conquista, Treze de Maio, Rapa-pau, ocupados e frequentados majoritariamente por africanos e seus descendentes, embora não sejam nomes africanos, remetem às experiências dos escravizados com a liberdade ou com a pobreza.

Na territorialização “afro-ameríndia”, a demarcação do espaço é resultado de um embate latente entre os seus moradores e frequentadores, geralmente gente subalternizada, que reconhece o espaço como local de interação social e sobrevivência física e cultural. Já os de fora, notadamente autoridades civis e policiais, bem como gente das elites, caracterizam esses territórios como perigosos, violentos e de balbúrdia, não raro relacionados à alta criminalidade. Essa discussão, que permeia os três últimos capítulos do livro, constitui o ponto alto da obra.

O livro utiliza recorrentemente a expressão “sociabilidades” para analisar uma miríade de ações nas quais escravizados e libertos estiveram envolvidos, desde o trabalho na lavoura às festividades religiosas ou profanas. Ainda que não tenha explicado qual sentido quer dar a esse termo, pela forma como é usada, a “sociabilidade” pode ser entendida como o vínculo estabelecido entre duas ou mais pessoas, em condições festivas, familiares ou no trabalho, tornando-se uma expressão “guarda-chuva” que, conforme o livro apresenta ao longo dos capítulos, abriga diferentes formas

de relacionamento, nem sempre equivalentes, como amizade, dependência e (des)obediência.

As formas de “sociabilidades” identificadas no livro, que também correspondem às formas de resistência, vão desde as festas, religiosas ou não, os encontros em espaços de lazer ou no trabalho das roças, reafirmando o que o historiador Ira Berlin já havia dito sobre o sentido da liberdade nas experiências de escravizados e recém-libertos: “a liberdade era medida pelo grau de integração comunitária”.³ Desse modo, juntar-se em associações religiosas possui o mesmo sentido de integração que frequentar as vendas, candomblés e carnavais ou constituir vínculos de parentesco. Entre os libertos que participavam dessas sociabilidades, aqueles eram momentos de reforçar o sentido da liberdade que estava em construção.

É a experiência de se perceber inserido em uma comunidade e não apenas um documento de alforria que dá sentido concreto à liberdade, mesmo quando essa liberdade é relativa, ou seja, experimentada por escravizados nas brechas do sistema,

3 Ira Berlin, *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 47.

como eram as experiências com roças próprias ou quando assumiam os papéis de liderança em irmandades religiosas ou outros festejos. Ali, ainda que momentaneamente, a condição de escravizados esmaecia e eram reconhecidos pela mercadoria que negociavam ou pelas irmandades e festas que representavam.⁴

As festividades e comemorações, fossem elas de caráter religioso ou profano, em espaços sagrados ou nas vendas, sob a tutela de instituições de poder como o Estado e a Igreja ou articuladas pela “arraia-miúda”, são evocadas a todo momento no livro e, de fato, são o centro do estudo. Através de uma numerosa e notável variedade de fontes, incluindo processos-crimes, correspondências entre autoridades, documentos eclesiásticos, registros de viajantes e memoria-listas, a pesquisa apresenta diferentes formas de festejos em que escravizados e libertos tiveram algum tipo

4 Sobre a chamada microeconomia escrava e sua relação com as experiências de vida autônoma, ver, entre outros trabalhos: Sidney Mintz, *Caribbean Transformations*, New York: Columbia University Press, 1989. Conferir também a coletânea: Ira Berlin and Philip D. Morgan (eds.), *The Slave's Economy, Independent Production by Slaves in the Americas*, New York/London: Routledge, 1991.

de participação. É interessante ver como nessa outra Bahia aconteciam os festejos “cívicos” pela Independência e pela Abolição, celebrações que alternam entre a ampla participação popular e o esvaziamento, perdendo importância e imponência. Outra curiosidade que o livro apresenta é a existência de cavalhadas e o desfile de bandas de pessoas vestidas de mouriscas, mas cuja discussão, infelizmente, não é aprofundada.

As festividades e celebrações religiosas de influência católica são comentadas com mais vagar no livro, assim como a existência das muitas irmandades e devoções aos santos negros São Benedito, Santa Ifigênia e Santo Elesbão. A historiografia mostra que a participação nessas irmandades, além do caráter religioso, guardava vários significados relacionados ao poder e à hierarquia social que não eram diferentes nas vilas do sul da Bahia, guardando as devidas proporções com os grandes centros. Além disso, era por meio das irmandades que a alforria ou o socorro na doença e na morte poderiam ser alcançados. É interessante ver a descrição das receitas das irmandades e seus usos para auxiliar os irmãos nas suas necessidades ou para

organizar os festejos dos seus santos, embora o luxo e a pompa não possam ser comparados com as congêneres dos grandes centros do Recôncavo ou Salvador.

No que concerne às festividades sob o escrutínio da gente comum, livres do controle clerical ou governamental, os batuques e lundus são reiteradamente analisados no livro, apresentando os lugares onde aconteciam e seus frequentadores, as perseguições impostas por autoridades e elites, e os entreveros acontecidos em meio aos folguedos. Tais práticas sempre foram vistas como imorais e repulsivas por parte das autoridades e da elite. Talvez isso não se devesse apenas ao tipo de dança e aos sons que daqueles lugares brotavam, mas do fato de serem práticas desordenadas, posto que não estavam sob o controle da Igreja, como as festas religiosas, nem do Estado, como as festas cívicas. Batuques e lundus aconteciam nas periferias, espaços rurais, nos “territórios afro-ameríndios”, e neles participavam homens e mulheres mal vistos pelas autoridades e elites, especialmente pela cor e origem.

A perseguição aos batuques, lundus e candomblés foi maior ou

menor a depender do período. O livro mostra que nas primeiras décadas do século XIX vários viajantes estrangeiros circularam pela região e registraram, com horror ou como exotismo, essas celebrações. Naquele período, Salvador e Recôncavo ferviam de revoltas e houve uma considerável fuga de escravizados para a região Sul. O medo de que as revoltas também chegassem por ali pode ter aguçado a percepção desses festejos naqueles anos. Da mesma forma, já no fim da década de 1870, o livro apresenta uma série de ações da polícia para coibir essas reuniões de músicas e danças negras, sendo que aquele era justamente o momento em que a campanha abolicionista ganhava força, além de ser um momento no qual um maior número de alforrias passou a acontecer, devido à Lei de 1871.

Parte considerável das narrativas que compõem o livro tem como personagens principais, seja da resistência à escravidão ou às opressões decorrentes da cor e classe, as mulheres africanas ou suas descendentes. As narrativas são sobre mães escravizadas que lutavam para assegurar algum direito para seus filhos, meninas crianças que foram exploradas e abusadas, mulheres libertas que reconstruíram suas vidas

nas dificuldades e aquelas que se constituíram arrimo de família e donas de si.

O estudo dos descendentes de africanos no estrangeiro pode ser analisado como uma extensão da história africana, do mesmo modo que as experiências na diáspora, principalmente das mulheres. Isso se dá, sobretudo, porque as experiências que essas mulheres tiveram em África ou lhes foram transmitidas as encorajaram a depender cada vez mais de si mesmas, confiando em suas próprias forças, inteligência e poderes espirituais para resistir às ameaças sobre sua existência física e cultural. Trata-se, portanto, de entender a diáspora africana como parte de um *continuum*, em que temas comuns são significativos nas experiências das mulheres negras, tanto na escravidão quanto no pós-abolição.⁵

5 Rosalyn Terborg-Penn, “Black Women in Resistance: A Cross-Cultural Perspective” in Gary Y. Okihiro, *In Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History* (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1996), pp.188-189. Esse debate também está presente no estudo de James Sweet, no qual procura identificar como práticas religiosas e culturais africanas conseguiram sobreviver ou foram remodeladas a partir da diáspora africana. James Sweet, *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*, Lisboa: Edições 70, 2007.

A maior parte do livro se dedicou a analisar o período posterior à Lei de 1871 e suas consequências. Trata-se de uma conjuntura bastante interessante para se perceber as estratégias fomentadas por escravizados em torno da conquista da alforria, sobretudo pelas possibilidades que se apresentaram via campo jurídico. Por outro lado, é um período que evidencia como a escravidão era ardil e se reinventava. O livro mostra como se burlavam os contratos de soldada para, na prática, perpetuar a escravidão, assim como se exploravam os ingênuos e suas mães de diversas maneiras. A manutenção de pessoas na condição de cativas após a Lei de 1888 apresentadas no livro reforçam o que Sidney Chalhoub designou de “precariedade estrutural” da liberdade, ou seja, dos limites que escravizados tinham em alcançar e conseguir manter a liberdade.⁶

É interessante perceber como, justamente em áreas onde as propriedades reuniam um menor contingente de escravizados, às vezes um ou dois, algo comum na região em estudo, as ações em torno da consecução da

liberdade eram mais difíceis. A autora chega a se surpreender pelo fato de nas vésperas da abolição muitos senhores ainda demonstrarem apego à posse dos escravizados, esticando a corda da escravidão até a última hora.

Por fim, cabe ressaltar como o livro analisa a racialização presente na sociedade escravocrata e do pós-abolição do sul da Bahia, regulando várias instâncias da vida das pessoas, seus postos de trabalho, seus espaços celebrativos e de convivência. Ainda que não faça uma discussão mais sistêmica e problematizadora, o livro demonstra como a racialização era parte inerente daquela sociedade, perceptível quando os sujeitos estavam em ação, no trabalho ou no lazer. As questões relativas à classe, por outro lado, ficaram turvas no texto, sendo que classe é parte fundamental para entender a racialização, isso considerando que no sul da Bahia havia uma ampla população de pardos, cabras e mestiços que, ainda com as limitações impostas pela racialização, possuíam, a seu favor, o status de livres, diferenciando-se daqueles que, com a mesma cor, eram escravizados. Tal situação tinha grande impacto, uma vez que ali, como em muitos

6 Sidney Chalhoub, “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, *História Social*, n° 19 (2023), pp. 33-62.

outros lugares, era uma sociedade escravista na qual “quase todo mundo – livres e escravos – aspirava a entrar na classe dos proprietários de escravos, e em certas ocasiões alguns antigos escravos lograram fazê-lo”.⁷

Como escreveu Ira Berlin, “a história dos escravos – como toda história humana – foi feita não apenas pelo que se fez a eles, mas também pelo que eles próprios fizeram por si”.⁸ A História Social surgiu e se consolidou como uma área que se debruça sobre os variados aspectos

da vida humana, mas sobretudo daqueles que viveram às margens. O livro de Cristiane Batista da Silva Santos merece ocupar as estantes dos historiadores e demais interessados pela História Social, pois deixa uma importante contribuição para a historiografia da escravidão e da liberdade, bem como para a ampliação do conhecimento sobre a história da Bahia, sobretudo pelo conjunto de fontes utilizada e pela capacidade de narrar o que os escravizados e seus descendentes fizeram por si.

Alex Andrade Costa  

Universidade Federal da Bahia

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63358

7 Berlin, *Gerações de cativo*, p. 21.

8 Berlin, *Gerações de cativo*, p. 16.